AVISO Solição para o seu concursol MPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- 🗙 Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.editorasolucao.com.br/





SARANDI - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PARANÁ - PR

Professor 20h E 40h

EDITAL DE ABERTURA PUBLICAÇÃO № 056/2025

CÓD: SL-126ST-25 7908433283201

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1.	Análise e interpretação de texto: compreensão geral do texto	9
2.	Ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor	
3.	Argumentação	10
4.	Elementos de coesão	11
5.	Inferências	12
6.	Estrutura e organização do texto e dos parágrafos	13
7.	Morfologia: classificação e emprego de classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronomes, verbos, advérbios, preposição, conjunção, interjeição)	13
8.	Sintaxe: classificação de sujeitos, classificação de verbos, predicados, vocativo, período composto por subordinação, período composto por coordenação, período composto por coordenação e subordinação	22
9.	Concordância nominal, concordância verbal	25
10.	Uso da crase	26
11.	Pontuação	27
12.	Acentuação gráfica	29
Мa	atemática	
1.	Teoria dos conjuntos	37
2.	Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. potenciação. operações com números naturais e números racionais. operações com frações	40
3.	Números complexos	44
4.	Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum	46
5.	Funções exponenciais	48
6.	Logaritmos	51
7.	Análise combinatória e binômio de newton. probabilidades	52
8.	Matrizes. determinantes. sistemas lineares	56
9.	Raciocínio lógico	65
10.	Polinômios. produtos notáveis. fatoração	70
11.	Equações de 1º e 2º grau. problemas	75
12.	Razão e proporção. grandezas proporcionais	77
13.	Regra de três simples e composta	78
14.	Porcentagem	80
15.	Juros simples e composto	81
16.	Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama	83
17.	Média aritmética simples e ponderada	87
18.	Geometria: forma, perímetro, área, volume e ângulo	87
19.	Geometria analítica	96
20.	Progressão aritmética. progressão geométrica	103
24	Cistama manatária hyacilaira	10



ÍNDICE

Informática Básica

1.	office
2.	Sistema operacional: windows. conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas
3.	Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet e intranet
4.	Certificação e assinatura digital
5.	Segurança da informação
Le	egislação Educacional
1.	Plano municipal de educação de sarandi
2.	Lei complementar 248/2010
3.	Lei complementar 477/2025
4.	Lei 2.148/2025
5.	Referencial curricular do paraná
6.	Lei federal nº 8.069/90 – dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente
7.	Lei federal nº 9.394/96 - das diretrizes e bases da educação nacional
8.	Lei federal nº 14.113/2020 - regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação – fundeb
9.	Diretrizes nacionais para a educação básica (pareceres e resoluções em vigor do cne/ceb – ministério da educação, que versam sobre a educação básica, a lei de diretrizes e bases da educação nacional, a educação no campo, a educação especial, a educação infantil, o ensino fundamental e as relações étnico-raciais)
C	onhecimentos Específicos
Pr	rofessor 20h E 40h
1.	A leitura e a escrita na educação infantil e no ensino fundamental
2.	A leitura e a escrita na educação infantii e no ensino fundamental
3.	
	Psicologia da educação
4.	Psicologia da educação
4. 5.	Psicologia da educação
	Psicologia da educação
5.	Psicologia da educação Concepção de criança enquanto sujeito social e histórico
5. 6.	Psicologia da educação
5. 6. 7.	Psicologia da educação Concepção de criança enquanto sujeito social e histórico Concepções de aprendizagem Avaliação da aprendizagem Aprendizagem significativa Concepções de educação
5. 6. 7. 8. 9.	Psicologia da educação
5. 6. 7. 8. 9.	Psicologia da educação
5. 6. 7. 8. 9. 10.	Psicologia da educação
5. 6. 7. 8. 9. 10. 11.	Psicologia da educação



ÍNDICE

15.	Plano de trabalho	314
16.	Estabelecimento de estratégias de desenvolvimento para crianças portadoras de necessidades especiais, articulação escola – comunidadeacompanhamento e registro	314
17.	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem	316
18.	Concepção interacionista da linguagem	322
19.	O convívio com a diversidade textual	326
20.	Desenvolvimento da capacidade de leitura, letramento, oralidade e escuta	330
21.	O processo de letramento através de atividades lúdicas e jogos	332
22.	Métodos e técnicas de alfabetização	335
23.	Função social da escrita	336
24.	Conteúdo e metodologia do ensino da matemática, da língua portuguesa, de história, de geografia, de ciências, do ensino religioso, arte, educação física	336
25.	Psicomotricidade	338
26.	Neuroaprendizagem	341
27.	Teoria histórico cultural (vygostsky). psicologia histórico-cultural (vygostsky). pedagogia histórico-crítica (gasparini e saviani)	348



LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**. (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
 - (E) "Educação para todos" inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento "mais ou menos severas" refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que "as leis podem ser mais ou menos severas" não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.



Alternativa E – Correta: A expressão "educação para todos" inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

A compreensão interpretativa é uma etapa avançada da leitura, na qual o leitor não se limita a decodificar palavras ou identificar informações explícitas no texto, mas também busca interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre afirmações factuais e opiniões. Essa capacidade de interpretar um texto em níveis mais profundos é essencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica e para a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A interpretação vai além do óbvio, exigindo que o leitor se envolva com o texto, compreendendo as entrelinhas, reconhecendo os pontos de vista do autor e sendo capaz de avaliar a validade das informações apresentadas.

Propósito do Autor

Um dos aspectos centrais da compreensão interpretativa é a identificação do propósito do autor. Para compreender o texto em profundidade, é essencial que o leitor seja capaz de reconhecer por que o autor o escreveu e qual é sua intenção principal. O propósito de um texto pode variar consideravelmente: o autor pode querer informar, persuadir, entreter, explicar, criticar, ou até mesmo provocar reflexões e debates sobre temas complexos. Identificar esse propósito é importante porque ele orienta a maneira como o leitor interpreta o conteúdo e reage às informações apresentadas.

Quando o propósito do autor é informar, ele busca transmitir conhecimentos ou dados de maneira objetiva, sem, em princípio, tentar influenciar a opinião do leitor. Textos jornalísticos, científicos e relatórios são exemplos típicos desse tipo de intenção. Já em textos cujo objetivo é persuadir, o autor tenta convencer o leitor a adotar uma determinada postura ou ideia, utilizando argumentos, retórica e técnicas de persuasão. É o caso, por exemplo, de artigos de opinião, editoriais e propagandas. Quando o texto busca entreter, a intenção do autor é envolver o leitor por meio de histórias, emoções ou humor, como ocorre na literatura de ficção, no teatro e nas narrativas humorísticas.

Reconhecer o propósito do autor é fundamental porque, ao fazer isso, o leitor pode ajustar sua interpretação para captar melhor as intenções por trás do discurso. Isso o ajuda a compreender as escolhas linguísticas, o tom e a organização do texto. Por exemplo, em um artigo persuasivo, o autor pode selecionar dados e argumentos que favoreçam seu ponto de vista, enquanto, em um texto informativo, ele deve se ater a uma apresentação mais equilibrada dos fatos. Assim, a clareza quanto ao propósito do autor aprimora a leitura crítica e permite que o leitor avalie o texto com maior precisão.

► Informações Implícitas

Outro aspecto essencial da compreensão interpretativa é a habilidade de identificar informações implícitas no texto. Informações implícitas são aquelas que não estão declaradas de forma explícita, mas que podem ser inferidas pelo leitor com base no contexto, na estrutura textual e nos indícios linguísticos. Para interpretar corretamente essas informações, o leitor precisa "ler nas entrelinhas", isto é, captar significados que vão além das palavras ditas ou escritas.

Muitas vezes, os autores não expõem todas as informações diretamente, deixando que o leitor faça deduções a partir do que foi apresentado. Esse tipo de comunicação é comum em textos literários, mas também pode ocorrer em textos argumentativos, jornalísticos e outros gêneros.

Por exemplo, em uma narrativa literária, um autor pode descrever a expressão de um personagem ou a ambientação de uma cena sem revelar diretamente seus sentimentos ou intenções, deixando que o leitor faça a inferência sobre o estado emocional ou as motivações do personagem. Em textos de opinião, o autor pode sugerir, de forma indireta, sua visão sobre um assunto sem afirmá-la de modo explícito, utilizando uma escolha de palavras ou uma estrutura argumentativa que conduza o leitor a uma conclusão.

Identificar essas informações implícitas requer que o leitor esteja atento aos detalhes e que compreenda as nuances do texto. Para isso, é necessário considerar o contexto da comunicação, o estilo do autor e os elementos subjacentes à mensagem principal. Essa habilidade é essencial para a compreensão crítica, uma vez que muitos autores utilizam a implicitude como uma estratégia retórica para influenciar o leitor ou apresentar uma informação de forma sutil.

Por exemplo, em um texto jornalístico que descreve um político como "seguro de si", a escolha de palavras pode sugerir uma avaliação positiva de sua postura, mesmo que essa interpretação não esteja explicitamente afirmada. O leitor deve, portanto, inferir o posicionamento do autor em relação ao político com base no uso desse tipo de adjetivo.

ARGUMENTAÇÃO

► Definição

Argumentação é um recurso expressivo da linguagem empregado nas produções textuais que objetivam estimular as reflexões críticas e o diálogo, a partir de um grupo de proposições. A elaboração de um texto argumentativo requer coerência e coesão, ou seja, clareza de ideia e o emprego adequado das normas gramaticais. Desse modo, a ação de argumentar promove a potencialização das capacidades intelectuais, visto que se pauta expressão de ideias e em pontos de vista ordenados e estabelecidos com base em um tema específico, visando, especialmente, persuadir o receptor da mensagem. É importante ressaltar que a argumentação compreende, além das produções textuais escritas, as propagandas publicitárias, os debates políticos, os discursos orais, entre outros.

s tipos de argumentação



MATEMÁTICA

TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

- ∈: pertence
- ∉: não pertence
- c: está contido
- ⊄: não está contido
- ⊃: contém
- ⊅: não contém
- /: tal que
- ⇒: implica que
- ⇔: se,e somente se
- ∃: existe
- ∄: não existe
- ∀: para todo(ou qualquer que seja)
- Ø: conjunto vazio
- N: conjunto dos números naturais
- Z: conjunto dos números inteiros
- Q: conjunto dos números racionais
- I: conjunto dos números irracionais
- R: conjunto dos números reais

Representações

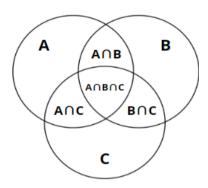
Um conjunto pode ser definido: Enumerando todos os elementos do conjunto S={1, 3, 5, 7, 9}

Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

 $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$

Enumerando esses elementos temos $B = \{0,1,2,3,4,5,6,7\}$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

A é subconjunto de B ou A é parte de B

A está contido em B escrevemos: A⊂B

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- (1) A = A.
- (2) Se A = B, então B = A.
- (3) Se A = B e B = C, então A = C.
- (4) Se A = B e $x \in A$, então $x \in B$.

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos.

Por exemplo, se A={1,2,3}, B={2,1,3}, C={1,2,2,3}, então A = B = C.

Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por #, o número de elementos que ele possui.

Por exemplo, se A ={45,65,85,95}, então #A = 4.

Tipos de Conjuntos:

- Equipotente: Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- Infinito: quando não é possível enumerar todos os seus elementos
- Finito: quando é possível enumerar todos os seus elementos



- Singular: quando é formado por um único elemento
- Vazio: quando não tem elementos, representados por S = Ø ou S = { }.

Pertinência

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo ∈. As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos.

Por exemplo, o conjunto das vogais (V) é V = {a, e, i, o, u}

A relação de pertinência é expressa por: a∈V. Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V. A relação de não-pertinência é expressa por: b ∉ V. Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

Inclusão

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- Propriedade reflexiva: A⊂A, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- Propriedade antissimétrica: se A⊂B e B⊂A, então A = B.
- Propriedade transitiva: se A⊂B e B⊂C, então, A⊂C.

Operações entre conjuntos

1) União

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

 $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$

Exemplo:

 $A = \{1,2,3,4\} \in B = \{5,6\}, \text{ então } A \cup B = \{1,2,3,4,5,6\}$

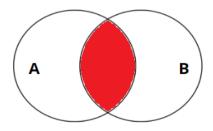
Fórmulas:

 $n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$ $n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$

2) Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

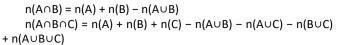
 $A \cap B = \{x \mid x \in A \ \mathbf{e} \ x \in B\}$



Exemplo:

 $A = \{a,b,c,d,e\} e B = \{d,e,f,g\}, então A \cap B = \{d,e\}$

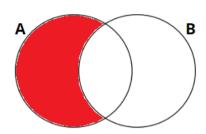
Fórmulas:



3) Diferença

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

 $A\setminus B$ ou $A-B=\{x\mid x\in A\ e\ x\notin B\}.$



Exemplo:

 $A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\} \in B = \{5, 6, 7\}, \text{ então } A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}.$

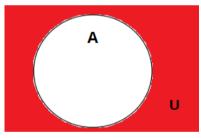
Fórmula

 $n(A-B) = n(A) - n(A \cap B)$

4) Complementar

O complementar de um conjunto A, representado por A ou Ac, é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

 $A = \{x \in U \mid x \notin A\}$



Exemplo:

U = {0,1,2,3,4,5,6,7} e A = {0,1,2,3,4}, então A = {5,6,7}

Fórmula:

n(A) = n(U) - n(A)

Exemplos práticos

Em um grupo de 32 homens, 18 são altos, 22 são barbados e 16 são carecas. Homens altos e barbados que não são carecas são seis. Todos homens altos que são carecas, são também barbados. Sabe-se que existem 5 homens que são altos e não são barbados nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados. Dentre todos

1. (MANAUSPREV - Analista Previdenciário - FCC/2015)

esses homens, o número de barbados que não são altos, mas são carecas é igual a

(A) 4.

(B) 7.



INFORMÁTICA BÁSICA

CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES: AMBIENTE MICROSOFT OFFICE

O Microsoft Office 2019 é uma das versões mais completas e estáveis do conjunto de aplicativos de produtividade da Microsoft. Lançado como uma versão independente e sem necessidade de assinatura (diferente do Microsoft 365), ele oferece ferramentas poderosas para empresas, estudantes e profissionais que precisam de soluções eficientes para edição de documentos, criação de apresentações e análise de dados.

Com um conjunto de programas que incluem Word, Excel, PowerPoint, Outlook e outros aplicativos essenciais, o Office 2019 traz melhorias significativas em relação às versões anteriores, como novos recursos de edição, gráficos aprimorados, suporte a caneta digital e integração com serviços na nuvem.

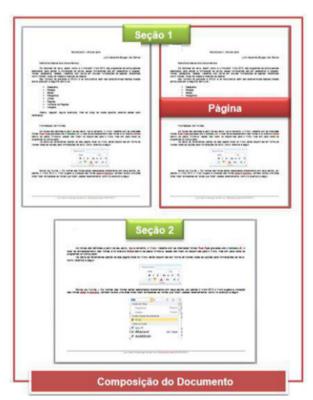
Dentre os aplicativos mais utilizados do pacote, destacam-se:

- Microsoft Word 2019: Processador de texto com novos recursos de edição e colaboração.
- Microsoft Excel 2019: Planilhas eletrônicas com novas funções e ferramentas de análise de dados.
- Microsoft PowerPoint 2019: Apresentações mais dinâmicas com transições avançadas e suporte a modelos 3D.

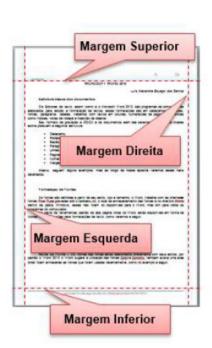
A seguir, abordaremos em detalhes esses aplicativos e suas principais novidades:

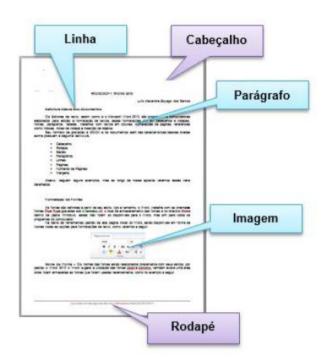
Word

O Microsoft Word 2019 é uma versão avançada do popular editor de texto parte do Microsoft Office. Este programa é amplamente utilizado tanto em ambientes corporativos quanto pessoais para a criação e edição de documentos diversos.



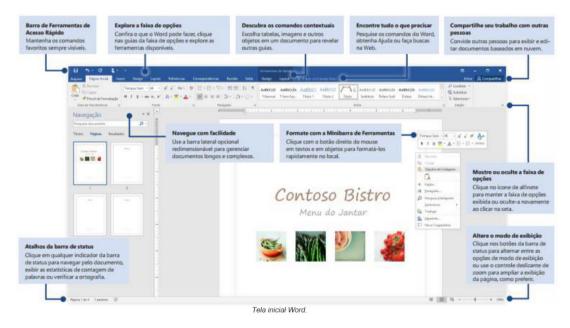






Interface do Usuário

A interface do Word 2019 é intuitiva e amigável, projetada para facilitar a navegação e o acesso às suas numerosas ferramentas. A faixa de opções no topo contém abas como 'Home', 'Insert', 'Design', 'Layout', 'References', 'Mailings', 'Review' e 'View'. Cada aba possui grupos que organizam os comandos relacionados, facilitando o acesso à funções específicas.



Criação e Formatação de Documentos

• Textos: O Word permite digitar e formatar textos facilmente, com opções para ajustar fontes, tamanho, cor, estilo e alinhamento.





LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI

Objetivo Geral do Plano

O Plano Municipal de Educação de Sarandi é um instrumento legal e estratégico de planejamento educacional de duração decenal (10 anos), construído com a finalidade de garantir o direito à educação de qualidade a todos os cidadãos do município. Ele visa assegurar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), adaptadas à realidade local, promovendo equidade, inclusão e valorização da diversidade.

O documento expressa o compromisso coletivo com o desenvolvimento educacional de Sarandi e orienta as ações do poder público municipal, envolvendo a comunidade escolar, a sociedade civil e os conselhos de educação.

Estrutura Geral do Documento

O PME está estruturado em quatro grandes eixos:

1. Diagnóstico da Realidade Educacional do Município

Apresenta dados quantitativos e qualitativos sobre a oferta educacional, infraestrutura, corpo docente, gestão e indicadores de qualidade.

2. Diretrizes e Princípios

Define os fundamentos éticos, políticos, filosóficos e pedagógicos do plano, em consonância com a Constituição Federal, a LDB (Lei nº 9.394/1996), o PNE e os planos estaduais.

3. Metas e Estratégias

Contém **20 metas principais** que abrangem desde a Educação Infantil até a Pós-graduação, acompanhadas de diversas estratégias de execução, avaliação e monitoramento.

4. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação

Estabelece os instrumentos de acompanhamento do cumprimento das metas, com participação do Fórum Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação.

Conteúdos Contemplados

As **20 metas do PME de Sarandi**, inspiradas nas metas do PNE, abrangem aspectos centrais da educação, tais como:

- Universalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental
- Ampliação do acesso à Educação Infantil de 0 a 5 anos
- Inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades
- Erradicação do analfabetismo

- Acesso e permanência no Ensino Médio
- Valorização dos profissionais da educação
- Formação inicial e continuada de professores
- Gestão democrática e participativa
- Financiamento adequado da educação pública
- Educação em tempo integral
- Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Educação Profissional Técnica e Tecnológica
- Educação superior pública e gratuita
- Promoção da equidade racial, étnica, de gênero e orientação sexual

Cada meta é acompanhada por estratégias específicas, com prazos, responsáveis e indicadores de monitoramento.

► Princípios e Diretrizes Norteadoras

O plano é fundamentado em princípios constitucionais e legais, como:

- Gestão democrática
- Gratuidade do ensino público
- Valorização dos profissionais da educação
- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
- Liberdade de ensinar e aprender
- Respeito à diversidade e combate à discriminação
- Compromisso com a qualidade social da educação

Essas diretrizes são transversais a todo o documento, servindo como base para a formulação das metas e estratégias.

► Gestão, Financiamento e Avaliação

O PME também prevê medidas para garantir a viabilidade técnica e financeira da execução das ações propostas. Destacam-se:

- Compatibilização do orçamento municipal com as metas do PMF
- Participação do Conselho Municipal de Educação no controle social
- Constituição do Fórum Municipal de Educação como instância de monitoramento
- Previsão de revisão periódica e ajustes no plano conforme a realidade local

Além disso, há previsão de ações de **formação continuada** para gestores, professores e técnicos, como parte das estratégias de qualificação da rede pública municipal.



O Plano Municipal de Educação de Sarandi é um instrumento essencial para o avanço das políticas públicas educacionais no município. Ele articula as demandas locais com as metas nacionais, promovendo planejamento, participação social e responsabilidade pública. Sua implementação depende do comprometimento dos gestores, da sociedade civil e da comunidade escolar, sendo continuamente avaliado e aprimorado ao longo de sua vigência.

Prezado(a),

A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.

Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.

Caso prefira, também é possível acessar o arquivo diretamente pelo link abaixo. Para isso, é necessário copiar e colar o link em seu navegador: https://www.sarandi.pr.gov.br/web/index.php/secretarias/educacao/plan-mun-educacao/plano-mun-de-educacao/item/plano-municipal-de-educacao-de-sarandi

Bons estudos!

LEI COMPLEMENTAR 248/2010

LEI COMPLEMENTAR № 248, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Sarandi.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DA APLICAÇÃO DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º. O presente instrumento legal dispõe sobre o Plano de Cargos. Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Sarandi, incluindo a Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental e suas modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º. O plano de carreira dos profissionais do magistério de Sarandi terá como princípios básicos constitucionais:

 I – remuneração condigna, compatível com a dignidade, peculiaridades e importância da profissão, permitindo aos profissionais do Magistério Público Municipal melhores condições sociais e econômicas,

II – estimulo ao trabalho em sala de aula;

III - melhoria da qualidade do ensino;

 IV – atendimento e orientação aos alunos de forma adequada pelos profissionais de apoio; V – ingresso mediante aprovação em concurso público:

VI – reconhecimento do crescimento profissional através de progressão funcional por critérios de desempenho, habilitação e formação profissional:

VII – formação e aperfeiçoamento profissional continuado;

VIII – condições de trabalho no que diz respeito à estrutura técnica, material e de funcionamento da rede municipal de ensino;

 IX – garantia de período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluídos em sua jornada de trabalho dos profissionais do magistério;

X – garantia de que as unidades escolares e instituições educacionais da rede municipal de ensino sejam administradas de forma democrática e colegiada.

Art. 3º. Para efeitos desta Lei compreende-se por:

I — Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer — o órgão central da administração pública do Município responsável pela gestão da Rede Municipal de Ensino; Alteração feita pelo Art. 1º. - Lei Complementar nº 477, de 17 de fevereiro de 2025.

II – Rede Municipal de Ensino — o conjunto das unidades escolares e instituições educacionais mantidas pelo Poder Público Municipal;

III – Unidades Escolares ou Instituições Educacionais — as organizações mantidas pelo Poder Público Municipal, local em que se desenvolvem atividades ligadas ao Ensino Fundamental Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Infantil;

IV – Magistério Público Municipal — a equipe de Professores, Educadores Infantis e Coordenadores Pedagógicos que, nas Unidades Escolares, Instituições Educacionais e Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, ministra, assessora, planeja, programa, dirige, supervisiona, coordena, acompanha, controla, avalia e orienta a educação sistemática, respeitando-se as políticas educacionais do sistema público de ensino e as normas contidas nesta Lei; Alteração feita pelo Art. 1º. - Lei Complementar nº 477, de 17 de fevereiro de 2025.

V – Profissionais do Magistério - a nomenclatura genérica que engloba os detentores dos cargos de Professor e Coordenador Pedagógico; Alteração feita pelo Art. 1º. - Lei Complementar nº 477, de 17 de fevereiro de 2025.

VI – (Revogado) Revogado pelo I - Lei Complementar nº 477, de 17 de fevereiro de 2025.

VII – Funções de Magistério — as atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, incluídas as de direção, coordenação, supervisão escolar, orientação educacional e outras auxiliares ou similares na area da educação.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 4º. A estrutura da carreira dos Profissionais da Educação do Município de Sarandi é dividida em duas áreas de atuação, da seguinte forma:

 I – Profissionais do Magistério - compreende os cargos de Professor e Coordenador Pedagógico;

II – Profissionais de Apoio as Atividades de Magistério - compreende o cargo de Educador Infantil. Alteração feita pelo Art. 2º. - Lei Complementar nº 477, de 17 de fevereiro de 2025.

Parágrafo único As atribuições desenvolvidas por cada cargo



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A LEITURA E A ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

Na educação infantil, a leitura e a escrita devem ser introduzidas de maneira lúdica e contextualizada, respeitando o desenvolvimento natural da criança e suas interações com o mundo. Antes mesmo de aprender a ler e escrever de forma convencional, a criança já está inserida em um ambiente letrado, no qual convive com textos escritos em diferentes situações do cotidiano, como rótulos, placas, embalagens, cartazes e histórias narradas pelos adultos. Essa imersão no universo da linguagem escrita é essencial para que ela compreenda a função social da leitura e da escrita, percebendo que esses códigos não são apenas símbolos abstratos, mas formas concretas de comunicação e expressão.

A oralidade desempenha um papel central nesse processo, pois é a partir das interações verbais que a criança começa a perceber a estrutura da linguagem. Conversas, cantigas, brincadeiras com rimas e contação de histórias ajudam a desenvolver a consciência fonológica, isto é, a habilidade de perceber e manipular os sons das palavras. Essa habilidade será fundamental na fase de alfabetização, pois permite que a criança compreenda a relação entre os sons da fala e os sinais gráficos da escrita. Além disso, o contato frequente com narrativas orais estimula a imaginação, amplia o vocabulário e favorece a organização do pensamento.

Outro aspecto fundamental no desenvolvimento da leitura e da escrita na educação infantil é o contato com diferentes tipos de textos. Livros ilustrados, revistas, bilhetes, listas, receitas e textos poéticos são alguns dos gêneros que podem ser explorados para despertar o interesse da criança pela linguagem escrita. O manuseio de livros e a escuta de histórias narradas por adultos são atividades que contribuem para a formação de futuros leitores. É importante que a escola ofereça um ambiente alfabetizador, no qual a criança tenha acesso a materiais escritos variados, podendo observá-los, explorá-los e interagir com eles de maneira espontânea.

A escrita, por sua vez, surge inicialmente como uma forma de experimentação. Antes de dominar as regras do sistema alfabético, a criança passa por diferentes fases, como o rabisco, a escrita inventada e a tentativa de imitação de letras. Esse processo deve ser incentivado sem cobranças formais, pois representa um estágio importante na construção da hipótese de escrita. Por meio da observação e da interação com textos escritos, a criança começa a perceber que a escrita segue padrões, que as palavras são compostas por letras e que há uma relação entre os sons e

Professor 20h E 40h

os sinais gráficos.

A educação infantil, portanto, não deve impor uma alfabetização precoce e mecanizada, mas sim criar um ambiente favorável para que a criança descubra a leitura e a escrita de maneira significativa. O aprendizado deve acontecer de forma prazerosa, explorando diferentes linguagens, jogos, brincadeiras e situações reais de comunicação. Dessa maneira, quando a criança ingressar nos anos iniciais do ensino fundamental, terá mais facilidade para compreender o sistema de escrita alfabética e desenvolver suas habilidades de leitura e escrita de forma plena e funcional.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a leitura e a escrita tornam-se objetos de ensino de forma mais sistematizada, com o objetivo de garantir que as crianças compreendam o sistema alfabético e sejam capazes de utilizá-lo para se comunicar e interpretar informações. No entanto, a alfabetização não deve ser vista apenas como um processo técnico de decodificação de letras e palavras, mas como uma prática social que envolve significados, contexto e interação.

O conceito de letramento, amplamente estudado por Magda Soares, destaca que a simples habilidade de ler e escrever não garante que o indivíduo consiga utilizar a linguagem escrita de maneira eficiente em seu dia a dia. Assim, a alfabetização deve estar associada ao letramento, permitindo que a criança compreenda e produza textos em diferentes situações e para variados propósitos. Para isso, é essencial que o ensino da leitura e da escrita aconteça em um contexto significativo, no qual os alunos percebam a função real da linguagem escrita na sociedade.

Nos primeiros anos do ensino fundamental, a criança começa a consolidar sua compreensão sobre a relação entre fonemas (sons) e grafemas (letras), identificando padrões na formação das palavras e aprimorando sua capacidade de leitura. É nessa fase que as práticas pedagógicas devem ser organizadas para garantir uma aprendizagem progressiva, respeitando as hipóteses que os alunos constroem sobre a escrita. De acordo com a teoria da psicogênese da língua escrita, desenvolvida por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, as crianças passam por diferentes níveis de compreensão da escrita, partindo de uma visão pré-silábica até atingir a escrita alfabética convencional.

Para que esse processo seja eficaz, é necessário que a escola ofereça situações reais de leitura e escrita, que vão além das atividades mecânicas de cópia e repetição. O uso de textos autênticos, como contos, notícias, receitas, poesias e bilhetes, torna o aprendizado mais dinâmico e funcional, permitindo que as crianças compreendam a estrutura e a finalidade da linguagem

escrita. Além disso, estratégias como rodas de leitura, produção de textos coletivos, reconto de histórias e interpretação de textos ajudam a fortalecer a relação dos alunos com a escrita e a leitura de maneira mais envolvente.

Outro fator essencial na alfabetização é o desenvolvimento da consciência fonológica, que envolve a percepção dos sons da língua e sua relação com as letras. Jogos e atividades que exploram rimas, aliterações, segmentação silábica e associação entre fonemas e grafemas contribuem para que a criança compreenda melhor o funcionamento do sistema alfabético. Dessa forma, ela desenvolve a habilidade de reconhecer palavras, construir frases e interpretar textos de maneira mais fluida.

Além da leitura e da escrita, a oralidade continua sendo um aspecto fundamental nos anos iniciais do ensino fundamental. Debates, contação de histórias, apresentações e dramatizações permitem que os alunos ampliem seu vocabulário, organizem melhor suas ideias e se expressem com mais clareza. A interação oral favorece a compreensão da estrutura da língua, preparando a criança para uma escrita mais coesa e significativa.

A alfabetização e o letramento nos anos iniciais devem, portanto, ser conduzidos de maneira integrada, garantindo que a criança não apenas aprenda a ler e escrever, mas também compreenda a importância da linguagem escrita no seu cotidiano. O ensino deve ser pautado em práticas diversificadas, que respeitem o tempo e as necessidades individuais de cada aluno, promovendo um aprendizado mais eficiente e prazeroso. Dessa forma, a escola cumpre seu papel na formação de leitores e escritores competentes, capazes de utilizar a leitura e a escrita como ferramentas para ampliar seus conhecimentos e sua participação no mundo.

O PAPEL DO PROFESSOR E DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE LEITORES E ESCRITORES

O sucesso do processo de ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental depende diretamente das práticas pedagógicas adotadas pelos professores e das condições oferecidas pela escola. O professor tem um papel essencial como mediador do conhecimento, sendo responsável por criar um ambiente alfabetizador que favoreça o aprendizado da leitura e da escrita de forma significativa. Para isso, é necessário que o ensino vá além da memorização e da repetição mecânica, estimulando os alunos a interagir com a linguagem escrita em situações reais e contextualizadas.

A escola deve proporcionar espaços que incentivem o contato com a leitura desde os primeiros anos, como bibliotecas acessíveis, cantinhos de leitura dentro da sala de aula e atividades que despertem o interesse pelos textos escritos. O acesso frequente a diferentes gêneros textuais — como contos, poemas, fábulas, notícias e cartas — amplia o repertório linguístico dos alunos e contribui para o desenvolvimento da compreensão leitora. Quando a criança é exposta a um ambiente rico em materiais escritos, ela percebe a importância da leitura e da escrita em seu cotidiano, o que fortalece sua motivação para aprender.

Além disso, a formação continuada dos professores é um aspecto essencial para garantir que as práticas de alfabetização e letramento sejam eficazes. O domínio de diferentes metodologias de ensino, o conhecimento das fases do desenvolvimento da escrita e a capacidade de adaptar as estratégias pedagógicas às necessidades individuais dos alunos são habilidades fundamentais para um professor alfabetizador. A adoção de metodologias

ativas, como projetos interdisciplinares, leitura compartilhada e produção coletiva de textos, pode tornar o processo de ensino mais dinâmico e envolvente, promovendo maior autonomia dos alunos.

Outro fator determinante na formação de leitores e escritores proficientes é o envolvimento da família no processo de aprendizagem. Quando os pais e responsáveis incentivam a leitura em casa, contando histórias, lendo livros junto com a criança e estimulando sua curiosidade pela escrita, os alunos tendem a apresentar um melhor desempenho na alfabetização. A parceria entre escola e família fortalece o aprendizado e cria um ambiente favorável para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Para isso, a escola pode promover encontros, oficinas e eventos literários que envolvam os familiares, demonstrando a importância da leitura no dia a dia.

Além das estratégias de incentivo à leitura, é fundamental que a escrita seja trabalhada de maneira significativa e funcional. Propor atividades como escrita de bilhetes, cartas, diários e pequenos relatos permite que os alunos pratiquem a produção textual de forma natural, compreendendo a escrita como um meio de comunicação e expressão. A correção e o aprimoramento da escrita devem ser feitos com sensibilidade, respeitando o desenvolvimento da criança e incentivando sua autonomia na produção de textos.

A avaliação do processo de alfabetização também deve ser contínua e diversificada, levando em consideração o progresso individual de cada aluno. Em vez de focar apenas na ortografia e na gramática, é essencial avaliar a capacidade de interpretação, a coerência das ideias e a criatividade na produção de textos. A leitura expressiva, a reescrita de histórias e a análise coletiva de textos podem ser ferramentas eficazes para aprimorar as habilidades dos alunos de maneira participativa e reflexiva.

Dessa forma, a formação de leitores e escritores competentes não deve ser encarada como um objetivo isolado, mas como um processo contínuo que exige planejamento, práticas inovadoras e um olhar atento às necessidades dos alunos. O compromisso da escola em oferecer um ensino de qualidade, aliado ao empenho dos professores em criar um ambiente alfabetizador e ao apoio das famílias, garante que as crianças desenvolvam plenamente suas habilidades de leitura e escrita, tornando-se cidadãos mais críticos, criativos e preparados para interagir com o mundo por meio da linguagem escrita.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

A Psicologia da Educação estuda o comportamento do ser humano no ambiente educacional, na busca pela compreensão acerca do funcionamento do processo de ensino e aprendizagem e no aprofundamento da investigação sobre as dificuldades de aprendizagem, criando ferramentas e estratégias com a finalidade de melhorar os processos de ensino, orientando professores e promovendo a inclusão.

COMPORTAMENTALISMO

O Comportamentalismo (Behaviorismo) é uma teoria psicológica baseada no estudo do comportamento humano a partir de estímulos, buscando entender a forma de resposta a esses

